

LEI 9961	Diretoria	RN 197
I - propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - Consu para a regulação do setor de saúde suplementar;	CONCORRENTE?	
II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;	DIPRO	ART. 38, XVII, ART. 40, XXII
III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 , e suas excepcionalidades;	DIPRO	Art. 38, XIV
IV - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras	DIDES	Art. 23. VI
V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	SEGER DIDES DIPRO	Art. 7-A - XI - ART.23, INC. I, VII ART. 38, VXIII
VI - estabelecer normas para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS;	DIDES	ART.23, INC. I
VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	DIPRO	ART. 38, V
VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	SEGER (gabinete da Presi) DIOPE DIPRO DIFIS	ART. 11-D, INC. XII ART. 31, XII ART. 38, XIII ART. 49-A, X
IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;	DIPRO	ART. 38, VII
X - definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998 , a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;	DIOPE	Art. 31, I, a Não há nenhum artigo específico.
XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998 ;	DIFIS/DIPRO	ART. 49-A, I, II, Art. 38, VIII
XII - estabelecer normas para registro dos produtos definidos no inciso I e no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998 ;	DIPRO	Art. 38, VI
XIII - decidir sobre o estabelecimento de sub-segmentações aos tipos de planos definidos nos incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998 ;	DIPRO	Art. 38, I – Não existe artigo específico.

XIV - estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIOPE	ART. 31, V (inabilitação de exercício)
XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	DIDES DIPRO	ART. 23, I, VII ART. 46, I
XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIPRO	ART. 38, VI
XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, ouvido o Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	DIPRO (OBS: Quem autoriza é a ANS, pela Dicol mas a Dipro cuida da matéria)	Art. 38, IV
XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões	DIOPE	Art. 31, I, e e h; art. 31, VII
XIX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde;	DIDES	Art. 23, inc. I
XX - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde;	DIPRO	ART. 38, VI
XXI - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos;	DIPRO	ART. 38, II
XXII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 ; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	DIOPE	Art. 31, II
XXIII - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	DIFIS	ART. 49ª, INC. I
XXIV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIOPE	ART. 31, I, b
XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis	DIPRO	ART. 38, VIII

na área geográfica de abrangência;		
XXVI - fiscalizar a atuação das operadoras e prestadores de serviços de saúde com relação à abrangência das coberturas de patologias e procedimentos;	DIFIS	Art.49-A, XII
XXVII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e o cumprimento da legislação referente aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	DIPRO	ART. 46, I E ART. 47, IX Obs: Não há hoje nenhuma atividade específica da DIFIS que cuide dessa matéria.
XXVIII - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIPRO	ART. 38, V
XXIX - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei nº 9.656, de 1998 , e de sua regulamentação;	DIFIS	49, A, II
XXX - aplicar as penalidades pelo descumprimento da Lei nº 9.656, de 1998 , e de sua regulamentação;	DIFIS	Art. 49 A III
XXXI - requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	DIDES	Art. 23, “C” VIII
XXXII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	DICOL	Art. 6, XVII
XXXIII - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	DIOPE/DIPRO	38, XX, 31, I , “i”
XXXIV - proceder à liquidação extrajudicial e autorizar o liquidante a requerer a falência ou insolvência civil das operadoras de planos privados de assistência à saúde; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	DIOPE	31, I, “i”
XXXV - determinar ou promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	DIPRO	38, XVIII
XXXVI - articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ;	DIFIS/SEGER	49 A, IV

XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	DIPRO/DIDES/SEGER	Art. 7 A, XI,
XXXVIII - administrar e arrecadar as taxas instituídas por esta Lei.	DIGES	58, XXVII
XXXIX - celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	DIFIS/DICOL	Art. 6 XIX, 49-A XIII
XL - definir as atribuições e competências do diretor técnico, diretor fiscal, do liquidante e do responsável pela alienação de carteira. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	DIPRO/DIOPE	38, XX, 31, I, “i”
<p>XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>a) conteúdos e modelos assistenciais; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>b) adequação e utilização de tecnologias em saúde; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>c) direção fiscal ou técnica; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>d) liquidação extrajudicial; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>f) normas de aplicação de penalidades; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p> <p>g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</p>	<p>DIFIS/ DIOPE</p> <p>DIPRO/DIDES</p> <p>DIPRO/DIDES</p> <p>DIPRO/DIOPE</p> <p>DIOPE</p> <p>DIOPE</p> <p>DIFIS</p> <p>DIPRO</p>	<p>31 I, “A”, 49, I, “A”</p> <p>23, IV, 46, I</p> <p>38, XV</p> <p>38, XXIII, 33, IV</p> <p>33, IV</p> <p>31, I, “h”</p> <p>49 A, III</p> <p>Art. 38, VIII</p>